



4º Seminário Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

inovação e ética na pesquisa em arquitetura e urbanismo

PENSANDO EM FECHADURAS E CHAVES: ALGUNS APONTAMENTOS A RESPEITO DA ÉTICA NA PESQUISA

Gleice Azambuja Elali

*Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: gleiceae@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Esse ensaio dá continuidade a reflexões sobre a ética em pesquisa, iniciadas com foco na Avaliação Pós-ocupação (ELALI, 2010), e que se expandiram em direção à pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Ele tem como base o reconhecimento da centralidade da preocupação ética na atualidade que, enquanto valor a ser cultivado, não pode ser desconhecida ou evitada pelos pesquisadores, qualquer que seja seu campo de conhecimento. A fim de contribuir para as discussões nesse campo, este texto foi desenvolvido em duas partes: a primeira é dedicada à uma breve contextualização da questão ética na pesquisa, com ênfase para os regulamentos que a regem; na segunda, são expressos alguns dos problemas vivenciados pelos pesquisadores na área de AU ao enfrentar tais questões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Se todos fossem honestos, não seriam necessárias fechaduras resistentes (ditado popular).

Genericamente a ética é a necessidade da pessoa se preocupar não somente com seu próprio bem-estar pessoal, mas também com o bem-estar das outras pessoas (CHAUÍ, 2000; CHIAVENATO, 2005; MORIN, 2003). Sob esse ponto de vista, a preocupação ética deveria estar continuamente presente em todos os atos humanos, se inserindo naturalmente em nosso

ORGANIZAÇÃO



CO-ORGANIZAÇÃO



APOIO:



PROMOÇÃO:



DIVULGAÇÃO:



comportamento. No entanto, como indica o ditado popular que inicia esse texto, essa não é a realidade vivenciada no cotidiano, uma vez que nem todos podem ser considerados éticos em suas práticas. Diante desse impasse, os códigos e regulamentos surgem como normas que regem as ações dos membros do grupo, a fim de garantir que mantenham práticas consideradas adequadas, condizentes com as aspirações coletivas.

Em pesquisa, a ética deve orientar procedimentos e comportamentos que permeiam todas as etapas da atividade investigativa, desde a definição do recorte temático e dos métodos/técnicas para realização dos estudos, até a apresentação e a publicação dos resultados. Nos vários processos de tomada de decisão em uma investigação científica, encontram-se questões éticas relativas a: tipo de investigação a ser realizada, motivos para a realização da pesquisa, aspectos da prática ou da realidade que serão analisados, critérios usados para essa análise, objetivos explícitos e implícitos (GANDIM, 2003). Além disso, parafraseando-se os questionamentos de Sommer (1979), é fundamental esclarecer quem realiza a investigação, quem a financia, quem irá usufruir dos resultados e a ideologia subjacente à pesquisa, de modo a esclarecer a que interesses e a quais atores a atividade se propõe a dar voz.

Apesar da amplitude dessas questões, de modo geral os regulamentos das organizações voltadas para o tema preocupam-se mais em indicar aspectos antiéticos das práticas em pesquisa do que em ressaltar os bons procedimentos. Entre as agências Internacionalmente reconhecidas e prestigiadas, as estadunidenses *Office of Research Integrity* (ORI, 1989) e *National Institute of Health* (NIH, 2001) destacam como principais práticas antiéticas aquelas integrantes da chamada “tríade maldita” ou “*FFP definition*”, as quais envolvem a falsificação e fabricação de informações, de procedimentos ou de resultados de pesquisa e o plágio de textos ou argumentos. Complementando essas indicações, a *Swiss National Science Foundation* (SNSF, 2009) ressalta a necessidade de investigar o envolvimento do pesquisador nessas práticas, classificando sua participação em: (i) violação deliberada; (ii) cumplicidade; e (iii) outras, categoria que incorpora, reivindicação de autoria sem contribuição ao trabalho, omissão de crédito, citação errônea e fornecimento de informações falsas sobre o status do trabalho. Por

sua vez, a *Austrian Agency for Scientific Integrity* (AASI, 2006), destaca a importância de diferenciar tanto o tipo de obra quanto a condição do pesquisador, indicando que essas práticas devem ser caracterizadas como de cunho geral, na autoria de publicações científicas e responsabilidade conjunta, e os pesquisadores precisam ser subdivididos em juniores e seniores.

No Brasil, a regulação das pesquisas que envolvem seres humanos passa pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que configuram o sistema CEP/CONEP (BRASIL, 1996), cuja base está assentada em resoluções e normativas do Conselho Nacional de Saúde. Atualmente, os processos relativos à análise desses projetos são submetidos à chamada Plataforma Brasil (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>), ferramenta eletrônica que sistematiza sua tramitação. Diante do caráter bioético do sistema vigente, nos últimos anos cresceu o debate nacional sobre a ampliação da participação das ciências humanas e sociais no sistema CEP/CONEP.

Complementarmente, em 2011 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo divulgaram documentos específicos relativos à conduta de pesquisadores (CNPq, 2011; FAPESP, 2011, respectivamente), os quais enfatizam os fatores da “*FFP definition*”, sobretudo os procedimentos relativos à publicação, como plágio, autoplágio e identificação da autoria, bem como alguns aspectos metodológicos.

Além dessas questões específicas voltadas para regulamentação da atuação individual, ao refletir sobre a produção científica brasileira recente, Vilaça (2015) indica a necessidade de maior contestação das práticas cientométricas vigentes, que dificultam a emergência de aspectos relativos à multideterminação do tema e induzem erros genéricos, alertando ser interessante que,

(...) em vez de um foco no impacto (benefícios) para o indivíduo daquilo que é produzido e divulgado, tenhamos uma reflexão sobre integridade científica a partir de uma perspectiva ética que assuma o impacto social ou coletivo, bem

como as especificidades de cada área e o multifacetamento da atividade acadêmico-científica como princípios reguladores das políticas científicas nacionais. Ou seja, a ideia não é desvalorizar a produtividade acadêmico-científica, desestimulando-a, mas, sim, revalorizá-la, deflacionando sua influência e, com isso, a pressão que exerce, modificando os métodos de distinção ‘qualitativa’ utilizados. Os valores quantidade e *Qualidade* do conhecimento produzido podem ser substituídos ou subestimados por outros, tais como beneficência (ou não maleficência), precaução, amplitude do acesso às informações e consistência epistêmica. (VILAÇA, 2015, p. 265 – grifo do autor)

Nesse contexto, além das grandes agências nacionais de regulamentação e fomento, é essencial valorizar o papel das universidades e outras instituições de pesquisa na avaliação dos processos de investigação científica (SILVA, 2008; PAIVA, 2005; TREIN, RODRIGUES, 2011), de modo a garantir a continuidade dos princípios universais que regem a ética e a responsabilidade social e, simultaneamente, dar voz e vez às especificidades dos diferentes campos de conhecimento, evitando a prevalência de uma área sobre outras.

COMO A ARQUITETURA E O URBANISMO ENTENDEM ESSES FATORES?

A Arquitetura e o Urbanismo tem um interesse direto nesse debate, uma vez que, embora seu objeto de estudo seja, por excelência, o meio físico, ou seja, o edifício ou a cidade, é evidente sua aproximação com a área de humanidades, estabelecendo relações com disciplinas como ciências sociais, sociologia, antropologia e psicologia, notadamente ao serem associadas ao qualificativo ambiental ou urbano. Nesse sentido, vários autores indicam que o treino conjunto e a identidade de valores entre arquitetos e cientistas sociais “proporcionam aos projetistas uma base e um enquadramento culturais que são essenciais ao projeto, oferecendo direções e suporte para a tomada de decisões” (ROMICE, 2005, p.168).

Esse movimento se traduz, em última instância, nas práticas ligadas ao projeto participativo (ELALI, VELOSO, 2014) e na valorização do usuário como destinatário do ambiente construído

(VOORDT, WEGEN, 2013) e, portanto, foco do processo projetual. Sob esse ponto de vista, além de temas mais tradicionais, como concepção projetual e crítica ao projeto, custo-benefício de intervenções e preferências, assuntos como percepção e cognição ambiental, apropriação do espaço, identidade do lugar, satisfação e aspirações do usuário são cada vez mais enfocados nas pesquisas em AU, bem como associados às propostas em elaboração.

Essa constatação demanda cada vez mais atenção dos pesquisadores de AU aos requisitos da ética na pesquisa, também trazendo novas exigências ao sistema atualmente vigente, corroborando reivindicações de outras áreas de conhecimento (DEMO, 2002; DINIZ, GUILHEM, SCHÜKLENK, 2005). Relacionamos a seguir particularidades relativas a esse tipo de atividade, também discutidas em artigos anteriores (ELALI, 1997; ELALI, 2010).

Algumas questões relacionadas à fase de pesquisa:

- Diferenças de terminologia científica entre áreas, o que torna ambíguas muitas das questões discutidas, como riscos, benefícios e malefícios da participação, e indicação de objetivos concretos.
- Dificuldade na delimitação dos riscos da pesquisa, pois, em AU geralmente são consideradas situações de risco aquelas relativas à integridade física do participante (como sua presença em uma edificação que não seja estruturalmente confiável), o que difere do entendimento do CEP/CONEP.
- Delimitação concreta do tipo de pesquisa, já que, em sua maioria, as investigações em AU podem ser consideradas pesquisas de opinião, ou seja, espera-se que o/a participante opine a respeito de algum assunto.
- Difícil enumeração dos benefícios diretos da pesquisa para aqueles que dela participaram, uma vez que, muitas vezes, os resultados serão utilizados para a proposição de novos empreendimentos. Mesmo em pesquisas sobre um objeto arquitetônico específico, alguns dos benefícios podem ser apenas hipotéticos, pois farão parte de propostas mais amplas, o que não permite a delimitação de um custo-benefício direto.

- Tempo relativamente curto entre a detecção do problema, a proposição da pesquisa e a apresentação dos resultados, sobretudo no caso de trabalhos derivados de situações inesperadas ou de conflito, o que impede o trâmite regular do processo no sistema vigente.
- Possibilidade dos participantes, muitas vezes transeuntes ou usuários eventuais, não aceitarem a assinar o TCLE, uma vez que, segundo muitos deles, “o anonimato é maior caso simplesmente não se identifiquem”. Assim, não é incomum que uma pessoa que se encontre em local público (como um parque urbano ou praça) e seja solicitada a emitir sua opinião sobre os serviços ali oferecidos, se prontifique a responder às perguntas que lhe são apresentadas, no entanto, não queira identificar-se com nome completo e número de documentos. Esse impasse reduz significativamente o número de prováveis participantes nesse tipo de investigação.
- Grande probabilidade de alteração do método ou procedimentos de pesquisa durante a realização do trabalho de campo, em função do maior conhecimento da questão em estudo ou da necessidade de aprofundar o entendimento de algum aspecto, situação de difícil aceitação pela regulamentação em vigor.

Algumas questões relativas à fase de divulgação dos resultados:

- Tendência às exposições darem maior ênfase às deficiências dos objetos edificados em estudo do que às suas qualidades.
- Dificuldade para manter anônimo o local avaliado, diante da necessidade de analisar/divulgar suas características físicas e sociais, que são fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos.
- Em muitas situações, há problemas para manter os participantes anônimos, pois, dependendo dos comentários feitos ou do cargo ocupado, mesmo sem sua identificação direta, uma pessoa pode tornar-se facilmente reconhecível, sobretudo em se tratando de grupos ou objetos de pesquisa relativamente pequenos.

- Diferença entre criticar um ambiente construído e criticar o profissional (ou a equipe) que o criou, aspecto que origina grande parte da resistência dos profissionais da área de AU à realização de pesquisas relacionadas a obras edificadas.

Diante destas e de outras preocupações, embora em geral os pesquisadores sejam favoráveis à submissão dos projetos de pesquisa aos Comitês de Ética, também reivindicam a formação de comitês sensíveis às peculiaridades da sua área de atuação.

Incrementar essa discussão é essencial à pesquisa e aos trabalhos interventivos na área de AU, demonstrando claramente a responsabilidade social e ética inerentes a ela.

Retomando o ditado popular que inicia esse texto, e considerando a situação atual da área de AU com relação às questões de ética na pesquisa que precisam ser enfrentadas à curto prazo, talvez devamos dizer que, usando uma metáfora que também é relacionada ao ambiente construído, embora teoricamente as fechaduras sejam planejadas a fim de evitar que indivíduos não desejáveis penetrem em um ambiente, as chaves também existem, e elas precisam ser acessíveis àqueles que gostariam e podem contribuir positivamente para a situação em estudo... nesse sentido, é nosso dever não apenas reivindicá-las, mas trabalhar para que sejam democraticamente disponibilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTRIAN AGENCY FOR SCIENTIFIC INTEGRITY (AASI). *Annex1 to the Rules of Procedure of the Commission for Research Integrity: guidelines for the investigation of alleged scientific misconduct*. AASI, jan. 2006. Disponível em: <http://www.oeawi.at/downloads/Richtlinien_zur_Untersuchung_von_Vorwuerfen_wissenschaftlichen_Fehlverhaltens_e.pdf>. Acesso em: 21 jul.. 2015.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. São Paulo: Ed. Elsevier Campus, 2005.

- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE / CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (MS/CNS). **Resolução n. 196**, de 10 de outubro de 1996: cria a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. CNS, 1996.
- DEMO, P. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e estado**, v. 17, n. 2 jul./dez. 2002, pp. 349-373.
- DINIZ, D.; GUILHEM, D.; SCHÜKLENK, U. (Eds.) **Ética na pesquisa**. Brasília: Editora da UnB / Letras Livres / OMS, 2005.
- ELALI, G. A. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, (2) 2, 1997, pp. 349-362.
- ELALI, G. A. Avaliação pós-ocupação e responsabilidade social: uma relação a ser sempre (re)discutida. **Gestão & Tecnologia de projetos** v.5, n. 2, novembro/2010, pp. 03-17.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Código de boas práticas científicas**. São Paulo: FAPESP, 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/codigo_fapesp0911.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- GANDIM, D. *Apresentação*. In: HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2003, p. 7-8.
- MORIN, E. *Ética e imaginário*. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S; PETRAGLIA, I. (Org.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. **A guide to the handling of scientific misconduct allegations in the intramural research Program at the NIH**. NIH/Committee on Scientific Conduct and Ethics, 2001. Disponível em: <<http://sourcebook.od.nih.gov/ResEthicsCases/NIH%20Misconduct2.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- PAIVA, V. L. M. O. **Reflexões sobre ética e pesquisa**. In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada. Belo Horizonte. Vo. 5, n.1, 2005, p.43-61.
- ROMICE, O. Conhecimento, Interdisciplinaridade e Psicologia Ambiental. **Psicologia USP**, 16(1/2), 2005, pp.167-178.
- SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, 2008, p. 357-368.
- SOMMER, R. **A conscientização do design: o papel do arquiteto**. Brasília: Brasiliense, 1979.

SWISS NATIONAL SCIENCE FOUNDATION (SNSF). *Regulation of the National Research Council on the Treatment of Scientific Misconduct by Applicants and Grantees*. SNSF, feb. 2009. Disponível em: <http://www.snf.ch/SiteCollectionDocuments/ueb_org_fehlverh_gesuchstellende_e.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, 2011, p. 769-819.

VELOSO, M.; ELALI, G. A. Projeto como construção coletiva: da participação à colaboração - os desafios do ensino. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (III ENANPARQ). **Anais do ...** São Paulo: EdUPM, 2014, p. 1-15.

VILAÇA, M. M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-reflexiva para in-formar uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de Educação**. V. 20. M. 60, jan. mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206012>. Acesso em: jul 2015.

VOORDT, T. J. M.; WEGEN, H. B. R. **Arquitetura sob o olhar do usuário**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.